



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 13 / 04 / 15

ebago  
Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Severo

Eulálio  
para relatar.

Em 14 / 4 / 15

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE INDICATIVO DE LEI Nº 07/2015 que:

“OBRIGA TODAS AS EDIFICAÇÕES  
CONSTRUÍDAS PELO GOVERNO DO ESTADO  
DO PIAUÍ COM MAIS DE 200M<sup>2</sup> A  
POSSUIREM SISTEMA DE CISTERNAS”

AUTOR: DEP. LIZIÊ COELHO

RELATOR: DEP. SEVERO EULÁLIO

### I – RELATÓRIO

Nos termos dos arts. 47, inciso VI, 59, 60 e 61 do Regimento Interno, fui nomeado relator da presente proposição para emitir parecer sobre a constitucionalidade da matéria. Para tanto, deve ser observada sua adequação formal e material com os preceitos normativos da Constituição da República de 1988 e da Constituição do Estado do Piauí de 1989.

Trata-se de projeto indicativo de lei, apresentado pela Dep. Liziê Coelho, com o objetivo de tornar obrigatória a instalação de cisternas nas dependências de todas edificações, com mais de 200m<sup>2</sup>, construídas pelo Governo do Estado do Piauí, a partir da vigência desta lei. Descreve o modo como deve ser feita essa instalação das cisternas e prevê a maneira como deve ser utilizada a água armazenada.

É o relatório. Passo ao voto.



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

## II – FUNDAMENTAÇÃO

O Estado do Piauí têm competência comum para legislar sobre a proteção ao meio ambiente (CR, art. 23, VI e CE art. 14, II, f). Nesse sentido, o projeto de indicativo lei têm constitucionalidade formal por se adequar ao enquadramento jurídico pátrio.

A escassez de água é uma das grandes preocupações da atualidade e uma das principais ameaças as gerações vindouras, sendo necessário que a cultura de desperdício seja substituída pela utilização racional e sustentabilidade dos recursos hídricos, como garantidor dos preceitos constitucionais e dentre um destes o meio ambiente sadio e equilibrado. Desta forma quanto à constitucionalidade material, vê-se que o projeto de indicativo de lei se adequa aos valores constantes na Constituição da República, na Constituição do Estado do Piauí.

Sejam vistos os dispositivos pertinentes em cada corpo normativo:

### Constituição da República

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

### Constituição do Estado do Piauí

Art. 14 – Compete, ainda, ao Estado:

II – em comum com a União e os Municípios:

f) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Art. 237. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Assim, o projeto de indicativo de lei promove fundamentais valores constantes nas tábuas axiológicas das Constituições da República e do Estado do Piauí. Daí sua constitucionalidade, legalidade e tecnicidade.

### III – CONCLUSÃO DO VOTO

Desta forma, o voto do relator é pela aprovação da matéria.

( ) pela aprovação

( ) pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 05 de maio de 2015.

  
DEP. SEVERO EULÁLIO

Relator